

Em cinco anos, Senado reduz em 60% a impressão de textos

Após o recesso parlamentar, novas medidas deverão fazer avançar o uso do processo eletrônico nos trabalhos legislativos e reduzir, por exemplo, em 85% os textos impressos utilizados em reuniões do Congresso Nacional

A retomada dos trabalhos legislativos na próxima semana será acompanhada de mais uma redução na impressão de textos utilizados no exame de matérias pelo Senado, resultando, ao longo dos últimos cinco anos, no corte de 60% no número de impressões de pautas, textos de proposições e demais documentos necessários à ação parlamentar. Segundo informação da Secretaria-Geral da Mesa, a medida integra esforço da Casa para substituir o uso de impressos pelo acesso digital aos textos, seja pela internet ou pela rede interna usada por servidores e parlamentares.

O avanço está sendo possível devido à implantação gradual do processo legislativo eletrônico, que permite acesso integral, permanente e rápido a informações e documentos em exame no Senado e no Congresso Nacional.

As reduções nas impressões vêm ocorrendo de forma contínua desde 2005. Em 2009, todos os textos das proposições legislativas apresentadas no Senado e no Congresso passaram a ficar disponíveis na internet.

Segundo Claudia Lyra, secretária-geral da Mesa do Senado, a adoção do processo legislativo eletrônico, e a consequente redução da impressão dos textos, vem sendo feita de forma gradual, para permitir que os usuários se acostumem com o acesso em formato eletrônico dos documentos.

– Houve uma sensível redução na impressão de papel, feita de forma racional, sempre vendo as necessidades das pessoas. É a implantação de uma nova cultura, de forma paulatina e não brusca, permitindo às pessoas se habituarem com o novo modo de acessar a informação legislativa. Com isso, o usuário fica mais livre para imprimir o que

lhe interessa e também fica mais bem informado, pois encontra todos os textos em seu terminal de computador – explica Claudia Lyra.

A edição do Ato da Mesa do Senado nº 1 de 2009, que instituiu a Gestão da Política do Processo Legislativo Eletrônico, foi, segundo Claudia Lyra, essencial para que se pudesse avançar nos procedimentos de modernização da Secretaria-Geral da Mesa, órgão que atende à área legislativa do Senado.

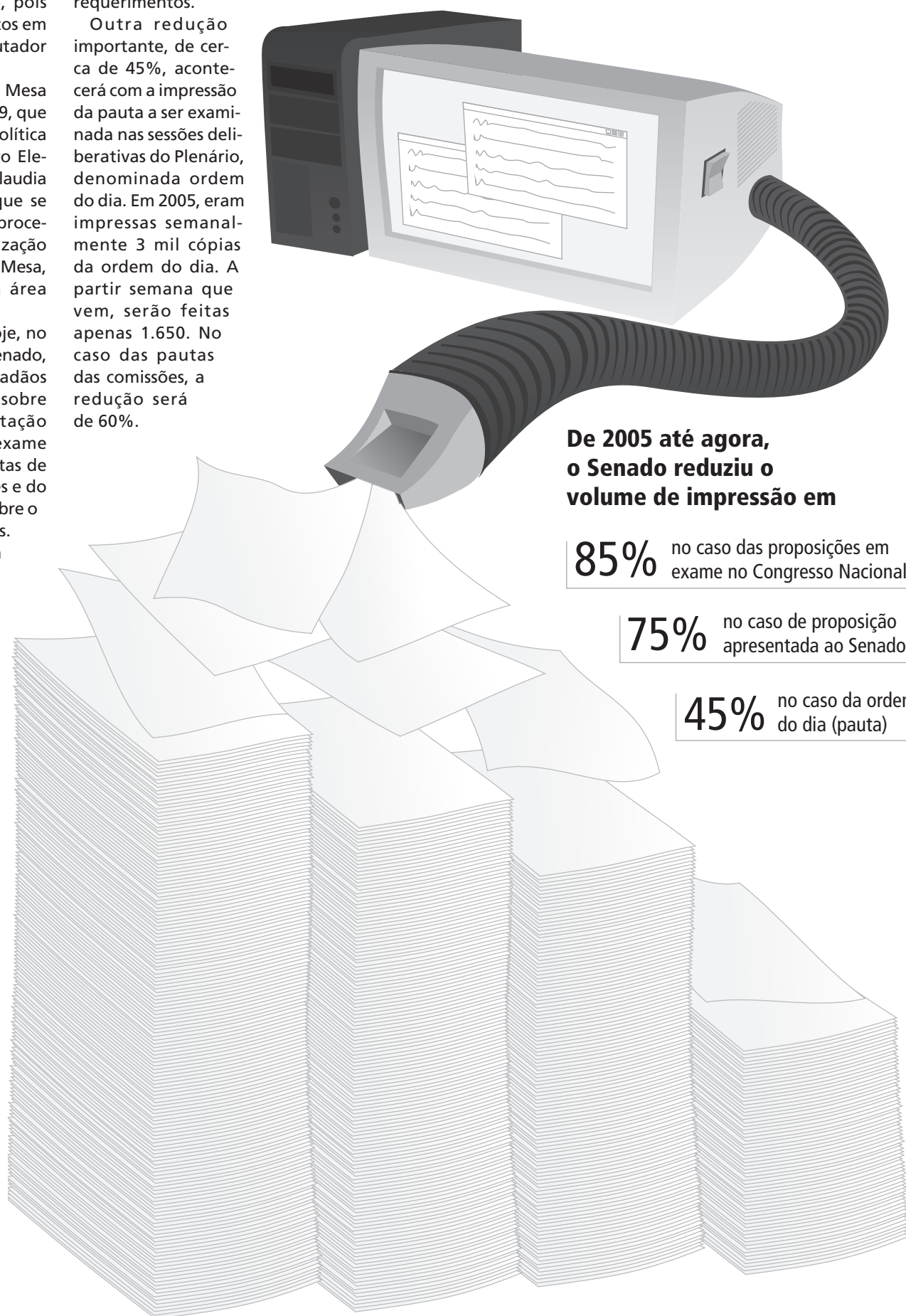
Estão disponíveis hoje, no Portal de Notícias do Senado, links para que os cidadãos possam se informar sobre a situação da tramitação de proposições em exame na Casa, sobre as pautas de votações das comissões e do plenário, bem como sobre o resultado das votações.

Com as medidas a serem adotadas a partir de agosto, a redução será de 60% para o conjunto das tiragens de impressos, mas os cortes variam de acordo com o tipo de documento. A maior redução – cerca de 83% – refere-se a textos de proposições em exame pelo Congresso, cuja produção é de responsabilidade do Senado. Em 2005, eram impressas 600 cópias de cada proposição apresentada. A partir do próximo mês, serão impressos apenas 100 exemplares de cada nova matéria.

Ainda de acordo com dados da Secretaria-Geral da Mesa, haverá diminuição de 75% na impressão de textos referentes a cada proposição apresentada ao Senado, como, por exemplo, propostas de emenda à Constituição (PECs),

projetos de lei do Senado e requerimentos.

Outra redução importante, de cerca de 45%, acontecerá com a impressão da pauta a ser examinada nas sessões deliberativas do Plenário, denominada ordem do dia. Em 2005, eram impressas semanalmente 3 mil cópias da ordem do dia. A partir semana que vem, serão feitas apenas 1.650. No caso das pautas das comissões, a redução será de 60%.



Prioridade a benefícios para o produtor rural

Proibição da perda de máquina agrícola para pagar dívidas foi um dos itens aprovados pela Comissão de Agricultura. **3**

CRE acompanhou ação do Brasil no exterior

Comissão de Relações Exteriores debatem os principais assuntos da agenda internacional, como o acordo do Irã. **2**

Professor de ensino básico mais qualificado

Entre mais de 100 propostas, Comissão de Educação aprovou exigência de curso superior para docentes do ensino básico. **3**

O embargo econômico dos Estados Unidos a Cuba e o programa nuclear do Irã foram debatidos pela comissão no semestre passado

CRE refletiu maior presença brasileira no mundo

A MAIOR PRESENÇA brasileira no cenário internacional marcou os debates da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no primeiro semestre. No período de 2 de fevereiro a 7 de julho deste ano, a CRE votou 120 matérias, como o acordo bilateral entre Brasil e Estados Unidos que estende de cinco para dez anos o prazo de validade de vistos para viagens a esses dois países.

Além de aprovar tratados internacionais e indicações para embaixadas brasi-

leiras, a comissão se destacou no primeiro semestre de 2010 como um fórum de debate dos mais variados assuntos que envolveram o país no cenário externo. Foi o caso, por exemplo, do acordo sobre o programa nuclear do Irã, mediado pelo Brasil e pela Turquia e assinado em 17 de maio.

Antes da decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas de aprovar novas sanções contra o Irã, em 9 de junho, a CRE discutiu em pelo menos duas

ocasiões a crise entre aquele país e as potências ocidentais: em 6 de abril e 1º de junho, através de audiências públicas com a participação do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Na primeira ocasião, os senadores questionaram Amorim sobre a aproximação do governo brasileiro com o de Teerã e duvidaram de supostas intenções conciliatórias do presidente Mahmoud Ahmadinejad. Já o chanceler brasileiro manifestou sua confiança num acordo

entre o Irã e a Agência Internacional de Energia Atômica.

Na segunda audiência, Amorim disse que diversos membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU haviam demonstrado apoio ao acordo intermediado pelo Brasil e pela Turquia sobre o programa nuclear iraniano. Uma semana depois, o conselho aprovou sanções contra Teerã, seguido pelos EUA, União Europeia e vários outros países. Brasil e Turquia posicionaram-se contra.



Ricardo Stuckert/FPK

Lula e Ahmadinejad (acima), em maio. Na CRE, o ministro Celso Amorim (ao lado, com Eduardo Azeredo) explica o acordo sobre o programa nuclear iraniano

Voto de censura para ataque a navios

A CRE debateu outro fato de grande repercussão internacional: o ataque de forças militares israelenses à chamada Flotilha da Liberdade, integrada por navios que levavam ajuda humanitária à Faixa de Gaza. Dois dias depois do incidente, ocorrido em 31 de maio, a CRE aprovou voto de censura contra a ação das forças de segurança israelenses, que provocou a morte de nove ativistas e chocou a comunidade internacional.

Um dos membros da CRE, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) chegou a ser convidado para integrar a flotilha, mas não participou da missão por causa de outros compromissos no Brasil. Relator do requerimento de voto de censura, proposto pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), Eduardo Suplicy lembrou a importância da solução negociada e pacífica dos conflitos.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senadores repudiaram embargo econômico a Cuba

Outra grande questão de política internacional, o embargo econômico imposto a Cuba pelos Estados Unidos foi repudiado pelos senadores da CRE. A maioria dos parlamentares condenou igualmente as violações de direitos humanos atribuídas ao governo cubano. As duas manifestações aconteceram por ocasião da sabatina, na comissão, do indicado para a embaixada brasileira em Cuba, José Eduardo Martins Felício, em 2 de junho.

As sabinas dos indicados para postos diplomáticos – etapa que precede o exame dos nomes em Plenário – transformaram-se em oportunidades para debate de questões internacionais, como a situação dos brasileiros que moram e trabalham irregularmente no exterior.

A integração dos países da América do Sul, entre eles e com os de outros continentes, também tem sido debatida com os sabinados. O novo embaixador no Equador, Fernando Simas Magalhães, disse na CRE que um projeto importante para a integração produtiva da América do Sul é o corredor multimodal entre Manaus e o porto equatorial de Manta.

Outro diplomata ouvido pela comissão, o novo embaixador brasileiro no Reino Unido, Roberto Jaguaribe, explicou que o governo brasileiro poderá ter, no governo de Londres, um aliado poderoso na busca de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia.

Policiais poderão agir em reservas indígenas

As questões relacionadas à defesa nacional também mereceram atenção da CRE, que aprovou em 6 de maio projeto do senador Augusto Botelho (PT-RR) regulamentando a ação das Forças Armadas e da Polícia Federal em terras indígenas. Conforme o PLS 69/04 – Complementar, que será examinado pelo Plenário, militares e policiais federais poderão entrar e transitar nas reservas para realizar patrulhas, policiamento e qualquer outra atividade necessária à proteção do território brasileiro ou à manutenção da ordem e da segurança nacional.

Outro assunto que preocupou a CRE foi o atraso na divulgação do resultado do processo de seleção dos caças que renovarão a frota da Força Aérea Brasileira (FAB). Em várias reuniões, a comissão discutiu o processo de transferência de tecnologia na venda dos novos jatos ao Brasil.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Novas regras para o Fundo de Financiamento Estudantil e para a formação de professores que atuam na educação básica dependem agora da Câmara

Seis anos para aperfeiçoamento dos professores

A EXIGÊNCIA DE formação universitária para os professores que atuam na educação básica (pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, dos quatro aos 17 anos de idade) foi uma das mais de cem propostas aprovadas no semestre passado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Antes não havia restrições para a atuação de professores formados apenas pelo antigo curso normal nessas séries iniciais.

Apesar da exigência, o substitutivo ao PLC 280/09, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), estabelece um prazo de seis anos para que os professores sem nível superior possam continuar a exercer seu trabalho nas escolas da rede pública e, nesse período, obter a graduação plena.

O texto aprovado em julho desse ano voltou ao exame da Câmara dos Deputados, devido às modificações inseridas pela relatora na CE, senadora Fátima Cleide (PT-RO). Entre essas alterações, está a que prevê o recenseamento anual de crianças e adolescentes em idade escolar, assim como de jovens e adultos que não concluíram a educação básica. A LDB atualmente prevê essa medida apenas para o ensino fundamental.

A relatora também incorporou ao seu texto algumas sugestões feitas pelo Ministério da Educação, como a exigência de nota mínima no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) para os candidatos aos cursos superiores de formação docente.

Outra matéria que beneficia



Jacob Langrad/Governo de Minas Gerais

Alunos são orientados por professora em atividade do Projeto Tempo Integral, em Monte Carmelo (MG): qualificação docente deverá ser de nível superior

alunos da educação básica e seus familiares é a que prevê o aumento do benefício do Bolsa Família para famílias em que as crianças em idade escolar tenham bom desempenho educacional.

O PLS 247/09 determina a criação de um benefício variável com base no desempenho escolar de estudantes de seis a 17 anos. Não será possível reduzir o valor fixo recebido pelas famílias se o desempenho for ruim.

Pelo projeto, caberá ao Executivo regulamentar como será este benefício. A proposta tramita agora na Câmara.

Mudanças no financiamento estudantil

A CE também aprovou projetos que beneficiam os estudantes universitários, como a possibilidade de redução dos juros aplicados nos contratos firmados por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Emenda apresentada ao PLS 539/09, que altera algumas regras do Fies, determina que os juros de contratos antigos poderão ser reduzidos com efeito retroativo quando houver uma alteração nas taxas adotadas

pelo governo. Outras modificações preveem que a Caixa Econômica Federal, gestora do Fies, promova uma fase de pré-aprovação de crédito dos estudantes interessados. Além disso, estudantes que anteciparem a liquidação do contrato devem receber descontos progressivos. E aqueles que estiverem utilizando o seguro-desemprego devem ter suspensa a cobrança de juros sobre a dívida. O projeto, que estava pronto para ser votado em Plenário,

aguarda análise de requerimento para tramitação conjunta com outras propostas sobre o mesmo assunto.

De fevereiro a julho de 2010, a CE aprovou 40 projetos de lei do Senado, 29 projetos de lei da Câmara e três substitutivos da Câmara dos Deputados a projetos originários do Senado, além de 42 requerimentos. Foram 39 reuniões realizadas.

A atual presidente da comissão é a senadora Fátima Cleide.

Projetos de lei beneficiam agricultores com isenções fiscais

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou durante o primeiro semestre de 2010 projetos de lei que concedem vários benefícios a produtores rurais brasileiros. Entre eles está o substitutivo ao projeto (PLS 151/08) que torna impenhoráveis máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas. A proposta protege os agricultores da perda de seu maquinário em decorrência de dívidas.

Também foi aprovado, em decisão terminativa, projeto (PLS 276/08) que isenta agricultores e agropecuaristas da tributação do Imposto de Renda (IR) na fonte sobre juros de empréstimos contratados no exterior. Tal medida passa a valer mesmo para aqueles que exportem seus produtos para o exterior indiretamente, por meio de empresas de *trading*.

Outro projeto (PLS 35/10) acatado pela comissão concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição, por agricultores familiares e cooperativas de produtores, de máquinas e equipamentos

agrícolas fabricados em países que integram o Mercosul. A proposta será ainda analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) antes de seguir à Câmara dos Deputados.

Em julho, foi aprovado o projeto do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) que prevê a concessão, em casos de calamidade natural, de seguro-desemprego ao trabalhador rural que exerça o ofício indi-

vidualmente ou em regime de economia familiar. A proposta aguarda análise, em decisão terminativa, da CAS.

A comissão votou também projeto (PLC 326/09) que cria a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo de Bambu. O texto institui incentivos ao cultivo e ao desenvolvimento tecnológico da produção de bambu, apontado como rico em proteína

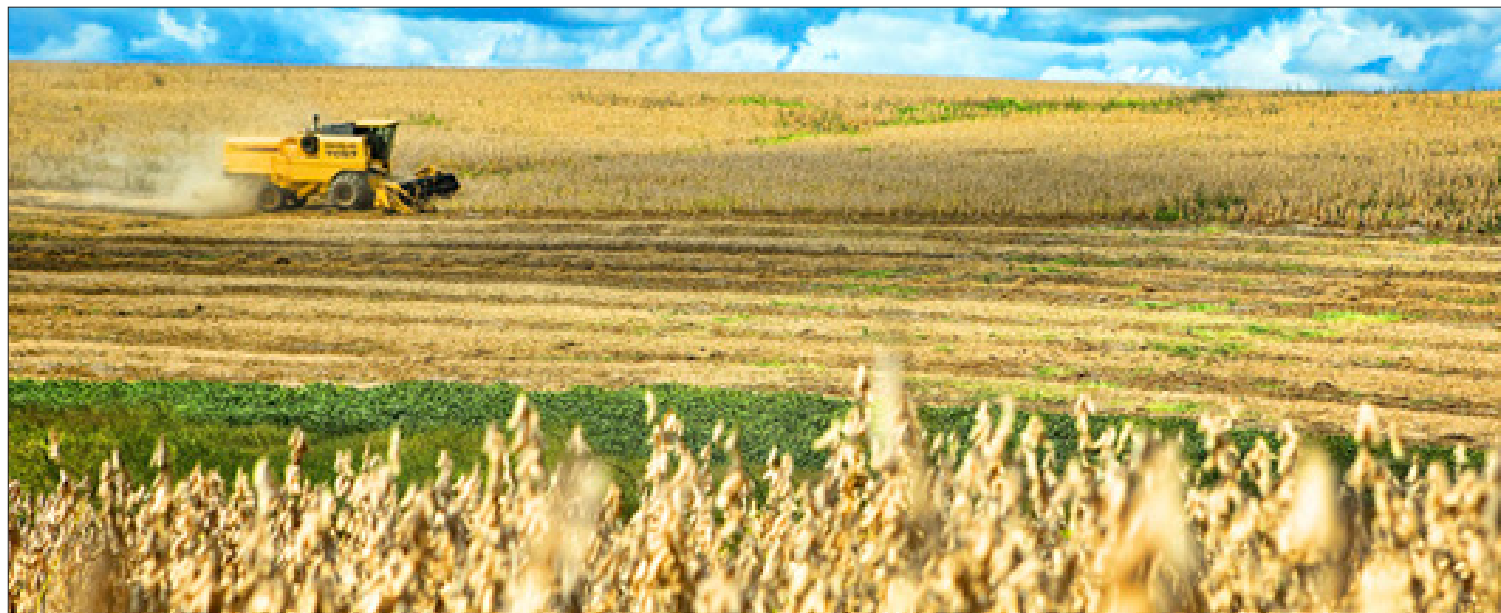
vegetal, fibras, cálcio, fósforo e vitaminas, sendo capaz de prevenir câncer e doenças cardiovasculares.

Audiências públicas

A CRA realizou ainda dez audiências públicas. Numa delas, foi discutido o anteprojeto de lei, a ser encaminhado pelo Executivo, propondo a criação de uma agência reguladora para o setor de fertilizantes.

O ex-ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, desmentiu a informação de que seria criada uma empresa estatal no ramo de fertilizantes.

Outras audiências trataram de problemas da produção cacaueteira e da infraestrutura portuária; e uma discutiu o PLS 51/08, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que institui a Política Nacional de Abastecimento.



Jefferson Bernardes/Creative Commons

Entre as diversas decisões tomadas no primeiro semestre pela CRA está a que impede a perda de maquinário agrícola para o pagamento de dívidas do produtor